HAL open science

Belize: Políticas Públicas e Gestão Da Pluralidade Étnica

Elisabeth Cunin, Odile Hoffmann

To cite this version:

Elisabeth Cunin, Odile Hoffmann. Belize: Políticas Públicas e Gestão Da Pluralidade Étnica. Revista de estudos e pesquisas sobre as Americas, 2014, 8 (1), pp.52-71. hal-01287331

HAL Id: hal-01287331

https://hal.science/hal-01287331v1

Submitted on 24 Mar 2016

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Belize: políticas públicas e gestão da pluralidade étnica

Elisabeth Cunin, URMIS (IRD-Universidade Nice Sophia Antipolis)

Odile Hoffmann, URMIS (IRD-Universidade Paris Diderot)

França

Resumo:

Palavras-Chaves: Etnicidade, América Central, políticas públicas

Belize, país anglófono da América Central, é descrito, normalmente, em termos da sua diversidade cultural e da multiplicidade dos grupos étnicos que o compõem. Contudo, essa diversidade não é uma característica estável, não é gerida nem interpretada de uma única forma. Suas populações suscetíveis de serem reconhecidas como afrodescendentes têm origens múltiplas, populações essas que foram conformadas ou que chegaram a Belize em circunstâncias históricas muito diversas: alguns escravizados, outros livres, urbanos ou rurais, agricultores ou assalariados, anglófonos ou não, etc. Diante dessa complexidade de articulações, o artigo busca interpretar as práticas políticas observadas em matéria de "gestão da diversidade" (a colonial de "divide and rule", a neoliberal, a multicultural...) em dois aspectos que determinam o campo da autonomia – ideológica ou territorial – do país e que elaboram as condiciones de existência da Nação e dos grupos que a compõem: políticas culturais e regulamentação das terras. A análise mostra que as variações nas políticas implementadas referem-se menos a composição étnica da população que ao posicionamento dos grupos sociais e governos frente às forças exógenas (o império colonial, as arenas transnacionais, a globalização dos direitos autóctones) e endógenas (o paradigma desenvolvimentista, a construção da Nação). Essas forças desenham em cada período o campo de opções políticas possíveis.

Resumen:

Belice, país anglófono de América central, es descrito a menudo en términos de la diversidad cultural y de multiplicidad de los grupos étnicos que lo componen. Sin embargo, esta diversidad no es una « característica » estabilizada, ella no es gestionada ni interpretada de una sola manera. Sus poblaciones susceptibles de reconocerse como afrodescendientes tienen orígenes múltiples, constituidas o llegadas a Belice en circunstancias históricas muy diversas: esclavizados algunos, otros libres, urbanos o rurales, agricultores o asalariados, anglófonos o no, etc. Ante estas complejidades articuladas, el articulo busca interpretar las prácticas políticas observadas en materia de « gestión de la diversidad » (la colonial de « divide and rule », la neoliberal, la multicultural….) en dos aspectos que determinan los campos de autonomía – ideológica o territorial – del país y plantean las condiciones de existencia de la Nación y de los grupos que la componen: las

políticas culturales y las regulaciones de tierras. El análisis muestra que las variaciones en las políticas implementadas se refieren menos a la composición étnica de la población que al posicionamiento de grupos sociales y gobiernos frente a fuerzas exógenas (el imperio colonial, las arenas transnacionales, la globalización de derechos autóctonos) y endógenas (el paradigma desarrollista, la construcción de la Nación). Estas fuerzas diseñan en cada periodo, el campo de opciones políticas posibles.

Palabras-clave: etnicidad, America Central, politicas públicas.

Belize, antiga colônia britânica localizada na América Central, é um país frequentemente citado como uma exceção caribenha no conjunto centro-americano. Sua população é, em sua grande maioria, herdeira da escravidão transatlântica ou das migrações caribenhas do século XIX. Trata-se de um país onde negros e mestiços constituíram a grande maioria da população durante muito tempo e foram vinculados, sobretudo durante todo o século XX, à administração colonial e depois à administração nacional. Belize é normalmente descrito a partir de sua diversidade cultural e da multiplicidade de grupos étnicos que o compõem. No site oficial do governo beliziano, o país é assim apresentado:

> *O país é um melting-pot de numerosas raças e, com o passar dos anos, essa característica multirracial aumentou com a chegada de numerosos imigrantes da América Central, da Ásia, da Europa e do Caribe (....). Os censos populacionais mostram que os grupos étnicos principais (Mestiço, Creole[1], Maia Ketchi(kek'chi), Yucateco e Mopan, Garífuna, Indianos) representam uma porcentagem elevada da população de Belize. Os outros grupos étnicos, que representam uma minoria, são os seguintes: menonitas alemães ou holandeses, chineses, árabes e africanos. Esses grupos étnicos são, no entanto, extremamente misturados.*[2]

O discurso intelectual e universitário não é diferente: são numerosas as publicações que descrevem, analisam e destacam a diversidade étnica e cultural de Belize como o traço mais significativo desse pequeno país, intermediário entre o Caribe e a América Central (BRADLEY, 1967; KROHN, 1987; WILK; CHAPIN, 1990; IYO, 2000). A representação etnicizada do país é uma prática herdada da gestão colonial da população, como podemos observar na análise dos censos realizados desde o século XIX (CUNIN; HOFFMANN, 2012).

Não obstante, essa diversidade não é uma "característica" estável, não sendo entendida nem "administrada" de uma mesma forma, mas variando de acordo com o contexto político do momento. Às vezes, ela é interpretada na forma de dois conjuntos culturais, um reagrupando os mestiços espanhol-indígenas ("the Spanish-Indian mestizo culture"), outro reagrupando os c*reoles* negros e brancos ("the Negro-White Creole culture"). Essa leitura, desenvolvida

1 ***Nota da Tradutora: para evitar confusão com o termo "crioulo" ou "criollos" que descreve os espanhóis nascidos nas Américas durante a época colonial, decidiu-se manter o termo "creole" do texto original.***

2 ***BELIZE.*** *The official government portal.* ***Online. Disponível em: <http://www.belize.gov.bz/index.php/people>. Acesso: 26 jun. 2014.***

especialmente por Michael Garfield Smith (1965), é limitada, uma vez que essas coletividades são muito diversas.

As populações suscetíveis de se reconhecerem como afrodescendentes são de origens múltiplas, constituídas ou vindas para Belize em circunstâncias históricas extremamente diversas: escravizadas, livres, urbanas ou rurais, agricultoras ou assalariadas, anglófonas ou não, etc. Os grupos principais são: os *creoles* descendentes dos colonos britânicos e de seus escravos, eles mesmos divididos pelas linhas de clivagens sociais e econômicas fortemente marcadas; [3] os garífuna, que chegaram a Belize por volta do século XIX, vindos de Honduras, mas originários de mestiçagens mais antigas entre grupos indígenas e negros da Ilha de São Vicente, no Caribe; os migrantes caribenhos dos séculos XIX e XX, trasladados pela Coroa Britânica (Miskitos) ou participantes da circulação de trabalhadores pós-escravidão, etc. Esses diferentes grupos compartilham hoje numerosos espaços (residenciais, culturais) sem, por isso, constituir uma "conjunto afro" unificado em Belize. No final do século XX, esse agrupamento era constituído por organizações culturais ou políticas separadas, como a *National Garifuna Council* (NGC, desde 1987) e a *National Kriol Council* (NKC, desde 1995).

Da mesma forma, os "indígenas de Belize" são os Maia, mas também originários de contextos históricos distintos: os maia do norte, refugiados da guerra de castas de Yucatán, a partir de 1848; e os maia do Sul que vieram (ou retornaram) da Guatemala no final do século XIX. Eles mesmos reconhecem as suas diferenças linguísticas – Mopan, Ketchi – e eventualmente as anunciam declarando-as em termos étnicos.

A « diversidade étnica e cultural » destacada no âmbito nacional pode assim ser apresentada como sendo de uma complexidade que impede toda simplificação. Pensou-se que essa configuração particular poderia ajudar a transformar o país independente em um espaço de diversidade, sem recorrer às políticas etnicamente diferenciadas (Shoman 2009), enquanto que essas políticas se generalizavam na mesma época no continente latino-americano, no âmbito da ideologia multicultural (final do século XX).

Sem pretender oferecer um diagnóstico dessas propostas, nós buscaremos nesse espaço interpretar as práticas políticas observadas. As questões de fundo que guiam nossa análise são relativas ao lugar que podem ocupar os grandes modelos elaborados em torno do tema da gestão da diversidade (colonial do *divide and rule*, neoliberal, multicultural.), para compreender as opções desenvolvidas por Belize em suas primeiras décadas de independência.

Desde a independência em 1981, a Constituição nacional proclamou querer "eliminar os privilégios e desigualdades econômicas e sociais entre os cidadãos de Belize, seja em razão da raça, da etnicidade, da cor, do credo, das

3 ***Ver a crítica ao encontro « Creoles Reais », esse grupo economicamente bem posicionado e qualificado por Evan X.Hyde (1995) de verdadeiras castas conservadoras, historicamente submissa aos dominantes, à diferença de outros grupos creoles pobres, menos determinados por suas fidelidades antigas.***

necessidades especiais ou do sexo" (Preâmbulo da Constituição assinada em 1981). Os programas do *People United Party – PUP*, principal partido beliziano e portador da independência em 1981, não fazem jamais referência a etnicidade ou qualquer diferença cultural. Eles insistem, antes de tudo, na pertença nacional e em uma identidade que seria beliziana, na mais pura tradição da filosofia política clássica ocidental. Quando, recentemente, o manifesto do *PUP* introduziu uma referência à diferença étnica da população, foi em forma de reconhecimento de uma realidade e de uma diversidade que era importante preservar, mas certamente não encorajar. "Nós respeitaremos as diferenças culturais da população e nós asseguraremos que nossas estruturas e políticas sociais e econômicas não violaram suas culturas" (PUP manifesto 1998-2003).

Para estudar e compreender tais posicionamentos, temos de explicar o contexto de nossas análises. Belize apresenta-se como um laboratório excepcional na América Latina por causa da colonização tardia – Belize tornou-se colônia britânica em 1862, quando os seus vizinhos centro-americanos já eram independentes há mais de meio-século – e da aplicação da política inglesa do "*divide and rule"*. A descolonização também é tardia e complexa. A independência adquirida em 1981 é precedida de um período de "autogoverno" instaurado em 1964. O "autogoverno" concede uma grande autonomia às instâncias e aos atores políticos locais, em um contexto colonial, em matéria de política interior. A política geral (econômica e exterior) continua sob a prerrogativa do governo britânico. Ao mesmo tempo, Belize reproduz as dinâmicas sócio-históricas regionais e se ressente, da mesma forma que seus vizinhos, das tendências vindas da globalização econômica, de sua inserção nas grandes correntes migratórias, da sua integração centro-americana, etc. Nesse contexto de contrastes, nós nos interessamos à elaboração das políticas públicas nos dois âmbitos que determinam o campo da autonomia _ ideológica ou territorial – do país e que definem as condições de existência da Nação e dos grupos que a compõem: as políticas culturais e a regulamentação territorial.

Estudos sobre Belize destacam três "modelos" de gestão política da diversidade étnica e cultural do país: o "modelo hegemônico" que conduz a dominação de um grupo, os "*Creoles*", associados à colonização britânica e que com a independência tornaram-se o grupo de referência que tende a monopolizar a gestão política nacional; o "modelo pluralista" que ressalta a diversidade da população originária da colonização histórica britânica e das migrações sucessivas; o "modelo sintético" que insiste na construção de um projeto nacional coletivo original, concebido pelas correntes independentistas do século XX, em ruptura com as políticas coloniais (MEDINA, 1997). Esses três modelos cruzam-se e superpõem-se desde 1981 – e mesmo durante a história do país – enquanto que as políticas aplicadas estão longe de ser lineares e homogêneas. Ressaltemos que nenhum dos "modelos" de Medina recupera a categoria "afrodescendente", que reagrupa

garífuna e *creoles*, assim como os migrantes caribenhos do século XIX.

A análise dos dois campos de aplicação já mencionados – o cultural e o territorial – permitem ir além dessa tipologia e mostrar que as variações nas políticas colocadas em prática referem-se mais à composição étnica da população (o que fundamenta os modelos de Medina) que ao posicionamento de uns e de outros – grupos e governos – diante das forças exógenas (o império colonial, as arenas transnacionais, a globalização dos direitos dos autóctones) e endógenas (o paradigma desenvolvimentista, a construção da Nação) que desenham, a cada período, o campo das opções políticas possíveis.

Nós questionamos se existem políticas – e quais seriam elas – fundamentadas no reconhecimento da diferença ou explicitamente destinadas a grupos étnicos, entre eles os "afrodescendentes" como são reconhecidos desde a Conferência de Durban, em 2001 (a qual Belize enviou como representante A. Shoman). Essas políticas possuem a forma de "políticas de reconhecimento" das identidades ou de "políticas redistributivas" visando à correção das desigualdades sociais (HONNETH, 2000; GROS; DUMOULIN, 2011)? Ou, ao contrário, observamos uma vontade de ultrapassar a etnicidade, situando-se em uma lógica de afirmação da unidade nacional, em um momento em que se constrói o Estado-Nação beliziano? Ou ainda, pensando mais pragmaticamente, acabaremos por ver a reprodução das estruturas e divisões coloniais nas hierarquias nacionais?

AS POLÍTICAS CULTURAIS ENTRE A CONTINUIDADE E A DESCONTINUIDADE: O NASCIMENTO DO MUSEU DE BELIZE

Para o Instituto Nacional da Cultura e História (NICH), principal órgão de coordenação das políticas culturais, é importante a "preservação das culturas e heranças diversas" (NICH, online), de um "Belize que englobe sua herança cultural diversa" (NICH 2012: 6). A programação 2006-2007 [4] multiplica as imagens e as lendas sobre os grupos étnicos e recorda a missão do NICH: "encorajar os beliziano a conhecer melhor suas raízes históricas e étnicas". Não obstante, no nível de atividades concretas dos institutos que o compõem, as referências à etnicidade são muito menos evidentes. O Instituto de Arqueologia está enfocado nos sítios Maia. O Instituto de Artes Criativas apresenta apenas uma atividade, dentre 26 catalogadas, que se apresenta em termos étnicos; e ela é referente à cultura *creole*. Quanto ao Instituto de Pesquisa Cultural e Social, ele apresenta uma exposição sobre os tecidos Maia e menonitas, o lançamento de uma obra "African Maya history Project Book", uma exposição sobre a população indígena (East Indian). Todas as outras atividades (publicações de livros, concursos de beleza, exposição itinerante sobre as plantas, história da "House of Government", programação das "danças tradicionais", exposição sobre o esporte, classes de leitura, etc.) não são classificadas etnicamente. Se observarmos bem uma apresentação institucional pluriétnica da sociedade, podemos perguntar-nos se existem

4 *NICH, Work Plan 2006-2007, April 2006. Annual Report, ANR, Box 9, Archives of Belize.*

políticas de reconhecimento da diversidade. Além disso, desde 1981, a administração não adota nenhuma política redistributiva que tivesse como objetivo priorizar o acesso de certos grupos marginalizados à cultura, de elaborar políticas diferencialistas (ensino nas línguas maternas, por exemplo), de fazer da cultura um instrumento de desenvolvimento, etc.

O NASCIMENTO DAS POLÍTICAS CULTURAIS NOS ANOS 90

As primeiras reflexões sobre o espaço a ser acordado à cultura no projeto nacional nascem com a independência, estimuladas por alguns atores e textos (Sanchez 1984, Assad 1995[5]). É, sobretudo no início dos anos 90, que constatamos uma grande efervescência em torno do tema com a organização, no dia 10 de novembro de 1990, da "First Annual Conference on Culture and the Arts" (Primeira Conferência Anual sobre as Artes e a Cultura), sobre o tema « Releasing National Creativity (Liberar a Criatividade Nacional) » e, dois anos depois, nos dias 20 e 21 de fevereiro de 1992, de uma segunda conferência, « Let's diversity reign, let's freedom flourish. Towards a culture policy for Belize" (Deixemos reinar a diversidade, deixemos florescer a liberdade. Rumo a uma política cultural para Belize) ».

Esses dois encontros resultaram na publicação das atas (Releasing 1991, Let's diversity 1992) que apresentaram as principais comunicações e fazem recomendações sobre as medidas a serem adotadas (orientações políticas, tipos de instituições, definição de cultura). Ao mesmo tempo, iniciou-se uma consulta nacional, "What the people said. A report on a culture policy for Belize (O que diz o povo. Relatório sobre uma política cultural para Belize)"[6], que tinha como objetivo recolher os desejos, proposições e experiências da população. Essas iniciativas são desenvolvidas pelo National Arts Council, nesse momento presidido por Lita Krohn - nomeada "diretora de cultura" em alguns momentos - e receberam apoio da SPEAR (Society for the Promotion of Education and Research, Sociedade para a Promoção da Educação e da Pesquisa), ONG com atuação cultural e científica, e da UNESCO, que acompanhará os debates (oferecendo pessoal, instrumentos teóricos e financiamento).

Não obstante, todos esses projetos são abandonados em 1993, em razão de uma mudança na composição política: o PUP (People United Party), partido majoritário associado à independência, perde espaço para o UDP (United Democratic Party), partido que procura dificultar todas as iniciativas tomadas pelo seu rival, sem apresentação de proposições alternativas. Além disso, com o retorno do PUP ao poder em 1998, as reflexões do debate da década exprimem-se na criação de uma nova estrutura, o Instituto Nacional da Cultura e da História[7] (NICH) em 1999 e do Museu de Belize, formalizado em 2000 e aberto em 2002. O NICH aglomera em uma

5 *Ver Phillips, 1993, para uma história das políticas culturais dos anos 1970-80.*

6 *"What the people said" 1992*

7 *Ordenança No. 616, 1999 e NICH Act de 7 de fevereiro de 2000 (Laws of Belize), Arquivos de Belize.*

mesma administração a direção dos museus, o Instituto de Arqueologia, o Instituto de Artes Criativas e o Instituto para Pesquisa Social e Cultural recentemente criado[8].

As atas das grandes reuniões do início dos anos 90 e os documentos dos arquivos relativos ao nascimento das políticas culturais mostram, principalmente, que o Estado beliziano em construção jamais funcionou de maneira autônoma, seja por princípio ou por necessidade: os organismos internacionais (principalmente a UNESCO), as ONG's (especialmente aquelas constituídas sobre uma base étnica) contribuíam com capital humano e conhecimento. Além disso, os responsáveis pelo surgimento de políticas culturais tinham *status* extremamente variados: alguns incarnam as mobilizações pela independência dos anos 70s, outros a continuidade dos funcionários dirigentes da administração colonial à Minúscula; outros, finalmente, a abertura do poder à periferia geográfica e às "minorias étnicas". Enfim, a divergência de posições era notável, mesmo que os atores presentes pertencessem ao mesmo partido (o PUP), compartilhassem o mesmo objetivo (a elaboração de políticas culturais), em um mesmo período (início dos anos 90). Nesse sentido, o aparelho estatal nascente estava longe de constituir um todo unificado e homogêneo.

Assim, para Said Musa, Ministro da Educação, do Esporte, da Cultura e da Informação, a prioridade é dada para uma "cultura da liberdade", que vise a construir uma "comunidade nacional", favorecendo "a expressão mais completa da belizianidade" (Let's diversity 1992: 3 4). A etnicidade não tem lugar para esse descendente de migrantes palestinos, que foi um dos principais atores da mobilização anticolonial antes do se tornar ministro e depois viria a tornar-se primeiro ministro (de 1998 a 2008). O longo período de transição para a independência (*Autogoverno* entre 1964 a 1981), que concede mais autonomia ao poder local, de fato favoreceu certa continuidade do Estado, sendo os líderes da independência progressivamente cooptados pela administração do *Autogoverno*.

Essa posição foi igualmente corroborada por certos representantes reconhecidos das comunidades étnicas ou raciais. Deste modo, Joseph Palacio, antropólogo, ex-responsável pela linha beliziana da *University of the West Indies*, ele mesmo um garífuna e tendo escrito entre outros resultados de pesquisas, vários textos sobre os garífuna, convoca a não reduzir à cultura a etnicidade. Definindo a cultura de maneira mais ampla, englobando etnicidade, nacionalidade relação rural/urbano, ele associa as políticas culturais aos contextos de desenvolvimento e de igualdade (RELEASING, 1991: 2). O "outro", o garífuna etnicizado, é agora integrado à Nação; assim, ele não é a favor dessa alteridade nem fala em nome dessa "diferença" .

Último exemplo, entre outros existentes, é o de Lita Krohn, diretora do National Arts Council (Conselho Nacional das Artes) _ instituição criada pela administração colonial_, muito ativa nas mobilizações

8 *Ver a página web do NICH: http://www.nichbelize.org/.*

dos anos 90s a favor de uma política cultural, membro de uma elite *creole* branca da cidade de Belize, defensora de uma visão etnicizante de Belize e de que a "história de Belize é uma história dos Maia, dos Europeus, dos Africanos, dos Indianos, dos Chineses, dos garífuna, do povo do Oriente-Médio e recentemente da América Latina", ou de que tal prática cultural é garífuna, e a outra *creole* ou Maia (RELEASING, 1991: 5). A princípio, para ela, as políticas culturais têm por função valorizar os grupos étnicos, mas sua visão da sociedade é, de certa forma, paternalista e fantasiosa. Além disso, trata-se de uma visão que classifica, sem a pretensão de organizar a sociedade em grupos constitutivos, e menos ainda em termos de afrodescendência ou indianidade.

Não se trata aqui de dividir essas definições contraditórias da cultura e das políticas culturais, indo de uma superação da etnicidade a sua relativização ou a sua glorificação, mas, sobretudo, de sublinhar a ausência de consenso no seio mesmo da elite dirigente e intelectual do país no momento de nascimento dos primeiros projetos de instauração das políticas culturais. A dimensão "étnica" da cultura não encontra consenso, mas ela também não é polêmica. Ela "está lá", como um recurso disponível a ser usado ou não, ao mesmo tempo em que é uma herança colonial e o horizonte de uma nação em construção.

O MUSEU DE BELIZE: ENTRE PROJETOS NACIONAIS E HERANÇA COLONIAL

Além do entusiasmo que acompanhou a independência e que se refletiu no debate do início dos anos 90s sobre o surgimento de uma política cultural nacional, ressalta-se a reprodução da história e do contexto cultural coloniais ligados à manutenção das relações de poderes, assim como dos interesses pragmáticos (disponibilidade de coleções, recursos financeiros, etc.). É o que nós buscaremos demonstrar a partir do caso do Museu de Belize. Como foi possível criar um museu nacional situado na cidade de Belize, antiga capital colonial, associada à elite *creole*, e não em Belmopan, capital de Belize independente, não ligada a nenhum grupo étnico particular? Um museu exclusivamente centrado na história colonial, que, aliás, a jovem nação condena, e sobre os vestígios dos Maia pré-coloniais, completamente desconectados de toda problemática contemporânea?

A questão do museu foi evocada pelo PUP desde 1969 (Manifesto PUP, 1969 – 74) refletindo a consciência dos líderes independentistas da necessidade de se afirmar e de se ressaltar uma "identidade nacional". Mas foi necessário esperar o dia 1 de abril de 1990 para que fosse criado o Departamento do Museu, e fevereiro de 2002 para que o Museu de Belize (Museum of Belize) tornar-se uma realidade. Durante os anos 80s e 90s, muitos projetos sobre o museu foram discutidos, dentre eles, o boletim de informação *Newseum,* como informa o *Newsletter of the*

Department of Museums[9], criado em dezembro de 1991. O mais ambicioso dentre eles é o de Joan Duran, descrito por Richard e Sally Price em um artigo intitulado « Executing Culture, Musée. Museo, Museum ». « O objetivo, concernente à construção de uma identidade nacional do Museu de Belize, orientou as escolhas de conteúdo das exposições. Os ideólogos do PUP escolheram promover a identidade nacional através de uma estratégia que é o contrassenso das exposições centradas na etnicidade, nas línguas e nos fenótipos, considerados como uma herança direta da política colonial do *divide and rule* » (PRICE; PRICE, 1995: 102).

Catalão, filho de republicanos espanhóis, próximo dos movimentos da esquerda latino-americana, Joan Duran propôs um projeto ambicioso e original, marcado por uma visão nacionalista e anticolonial. Nele, a etnicidade é considerada como uma herança do 'divide and rule', em um discurso que tendia a superestimar a coerência e a eficácia da administração britânica em Belize, que foi uma colônia de exploração mais do que de povoamento.

Com a mudança da maioria política em 1993, o projeto foi abandonado. Duran foi criticado pelo custo excessivo de seu projeto, sua visão excessivamente inovadora da museologia e sua equipe de coordenação composta apenas por especialistas estrangeiros. O retorno a uma concepção mais "clássica" do papel de um museu nacional foi então privilegiado (conservação e apresentação pública das coleções), passando igualmente, pela criação de dois departamentos administrativos: o National Museum Council e o National Museum Planning and Executive Committee (*Newseum*, No. 11, agosto de 1993).

Um novo projeto foi iniciado, no final dos anos 90s, mantendo o museu em Belmopan, mas modificando ao mesmo tempo seu conteúdo. Enquanto que Joan Duran recomendava a consideração do panorama étnico em uma esfera artística e nacional; agora, as exposições propunham-se a apresentar "os diferentes grupos étnicos de Belize ressaltando suas contribuições para a mistura étnica; assim, de fato, teremos as galerias Mestizo, Garífuna, *Creole*, Maia (contemporânea), Menonita (...), entre outras. A galeria final será um módulo do tipo interativo para aqueles que não sabem onde se situarem no *melting-pot* beliziano" [10]. Não somente a população foi dividida em grupos étnicos – sem alusão a um eventual princípio de maioria ou predominância de um deles, mesmo os *creoles* – mas a exposição tinha como objetivo permitir a cada um de se situar em um grupo. Embora esses projetos indicassem uma representação multicultural da sociedade, essa representação não será nunca efetivada na prática: essas exposições também serão abandonadas.

Finalmente o Museu criado em 2002 não tem muito a ver com a ambição inicial de Joan Duran, nem com o projeto "multiétnico" anterior previsto a Belmopan. Primeiramente, uma jovem arqueóloga *creole* foi enviada a Londres para estudar museologia; ela será a primeira diretora do Museu. Depois, o museu

9 *Serial collections – Serials. Box 23. Archives of Belize.*

10 *Annual Report 2000-2001, Ministry of rural Development and Culture, ANR Box 7, No. 57, p. 14, Arquivos de Belize.*

é transferido de Belmopan para a Cidade de Belize. A sede da antiga prisão colonial, propriedade do Banco Central de Belize estava disponível: porque, então, investir em um novo edifício? Financeiramente racional, essa escolha não conduziria necessariamente a instalar o Museu de Belize em um prédio colonial, no coração da antiga capital britânica, fortemente associada a um grupo específico, a classe superior *creole* integrada à administração colonial. Paralelamente, foi previsto que o prédio de Belmopan, concebido inicialmente como um depósito, serviria de sede administrativa do Museu e acolheria as exposições "semipermanentes" que, de fato, nunca acontecerão. [11]

Afinal, a primeira exposição (real) criada para o Museu[12] é sobre os grupos Maia, "acentuando a cultura dos Maia antigos, que um dia habitaram Belize". Essa exposição ocupa o primeiro piso do Museu de Belize, onde são expostas belas peças arqueológicas que dirigem as populações Maia a uma história pré-colonial no mesmo momento em que surgem as reivindicações territoriais baseadas principalmente sobre a autoctonia. Recentemente, uma coleção mais contemporânea foi incluída, expondo, em uma lógica folclorizante, suas práticas de caça, vestimenta, alimentação e etc. Essa primeira exposição homenageava, assim, as populações Maia, evitando, ao mesmo tempo, qualquer posicionamento sobre os conflitos contemporâneos (os de terras) e reprimindo as reivindicações de autoctonia; os Maia estão certamente representados no museu, mais eles são representados como alheios a história nacional ou a eventuais políticas de reconhecimento ou de redistribuição.

Quanto ao resto do Museu, além das salas consagradas a fauna, flora e a filatelia, as suas portas foram abertas para uma exposição sobre a "História de Belize". Essa exposição ocupa todo o térreo do Museu e traz a parte boa da história colonial (a presença britânica, a vida cotidiana, a exploração florestal) e das mobilizações pela independência. O boletim de informação *Newseum* ajuda a compreender melhor a gênese dessa museologia. De maneira recorrente é colocada a mesma questão: como constituir as coleções do futuro museu de Belize? Diante da falta de resposta, o interesse por uma exposição sobre os Maia pré-coloniais é evidente, uma vez que há o Instituto de Arqueologia que funciona há vários anos e que os sítios arqueológicos já se beneficiam a muito tempo da presença de universitários estadunidenses. As peças arqueológicas são numerosas, disponíveis e encontram-se na Cidade de Belize: a questão dos artefatos está resolvida. Não é o caso quando se pensa na constituição de outras exposições, que obrigariam ao Museu a fazer um apelo às doações privadas. Um *Museum Trust Fund* foi criado com esse objetivo, cada número do *Newseum* dedicou-se a agradecer aos doadores. Não obstante, a direção do Museu tem de enfrentar um problema prático: ele não possui financiamento regular, e nem mesmo um mesmo veículo próprio, o que facilitaria a

11 Annual Report 2000-2001, Ministry of rural Development and Culture, ANR Box 7, No. 57, Arquivos de Belize.

12 Annual Report, 2000-2001, Ministry of Rural Development and Culture, ANR Box 7, No. 57, p. 13, Arquivos de Belize.

coleta de objetos nas redondezas, ou seja, na Cidade de Belize. A lista de objetos recebidos é significativa. Na rubrica história, encontramos "velhos livros, velhos ferros de passar roupa, panelas de cozinha de ferro, móveis coloniais, apetrechos religiosos e farmacêuticos, potes de tintas coloniais". Tantos objetos que ilustram a vida cotidiana das populações *creoles*, ligadas aos britânicos, associadas à exploração florestal, residentes da Cidade de Belize.

Além da manipulação consciente de um grupo (os *creoles*) para conservar o monopólio da representação simbólica da cultura, parece que os obstáculos materiais foram muito importantes. Contudo, as dificuldades foram elas mesmas o reflexo de uma estrutura hierárquica da sociedade, herdeira de relações de poder coloniais. Como vimos, as políticas culturais e o projeto do Museu não foram resultados de um consenso e nem seguiram uma linha lógica, coerentemente definida. Os resultados obtidos não são fruto do azar, mas as contingências materiais são o reflexo de uma hierarquia sócio-histórica, com a qual o governo beliziano independente não pôde romper.

Em definitivo, o estudo sobre a elaboração de políticas culturais em Belize permite que percebamos a superposição de práticas e ideologias aparentemente contraditórias. Em realidade, observamos uma propaganda étnica produzindo uma imagem "vendável" na cena internacional (turismo, organizações internacionais, biodiversidade humana e natural), mas que oculta uma profunda heterogeneidade de discursos no seio mesmo das elites dirigentes belizianas. Vemos que a vontade de "construir a nação" ocorre em um contexto de afirmação da diferença e da circulação transnacional. E ao mesmo tempo em que são frequentemente percebidas como ameaçadoras, elas favorecem o surgimento de um aparelho de Estado hegemônico reprodutor do regime colonial. A manutenção de estruturas sócio-políticas e cognitivas herdadas do regime colonial favorece a reprodução da narrativa histórica da colonização europeia e a dominação de um grupo, os *creoles*, sobre os outros, seguindo a lógica do « divide and rule » (Cunin 2010, 2014).

AS POLÍTICAS TERRITORIAIS DIANTE DA DIVERSIDADE ÉTNICA

A regulação do acesso ao território fundamenta as relações da soberania (colonial, imperial, nacional) e da cidadania, seja ela regida pelos textos (cidadania formal, em geral, nacional), ou seja, uma cidadania local, fundamentada em práticas e referenciais não formais (normas tradicionais). No contexto colonial, a relação com a terra e o lugar (de residência, de exploração) funciona como meio para exprimir os registros de pertença e as hierarquias associadas. As "políticas do lugar" (em inglês *locality:* Radcliffe 2010, Guta & Ferguson, 1992) fornecem um panorama de leitura que informa sobre o tratamento da diferença.

Em Belize, sempre houve um tratamento diferenciado para o acesso ao território e aos recursos que nele se encontram. E se o Estado beliziano se recusa hoje de considerar, de maneira explícita, esse tratamento diferenciado segundo as populações, são os

grupos organizados, especificamente os Maia do distrito de Toledo que há vinte anos apropriaram-se de instrumentos discursivos e jurídicos do multiculturalismo, exigindo do governo o reconhecimento de seus direitos coletivos sobre a "terra-mãe" (Maya Homeland).

O nosso interesse aqui é traçar essa genealogia complexa do lugar da diferença – aqui apresentada sobre o critério "étnico" Maia – nas políticas territoriais e de sublinhar suas diferenças. Em realidade, a situação de Belize é ao mesmo tempo similar e distinta daquelas conhecidas na maioria dos países latino-americanos regidos por constituições multiculturais desde o final do século XX. Similar porque as comunidades em posições subalternas nos distintos panoramas nacionais utilizam-se de instrumentos jurídicos a sua disposição para reclamar os direitos e o acesso aos recursos – aqui relativos ao território -; direitos e acesso que eles consideram confiscados pelas elites dominantes ou por outros setores da população. Contudo, a situação é original no sentido de que a configuração da luta não opõe os setores etnicizados (indígenas e afrodescendentes) a uma elite branca ou mestiça historicamente dominante, como é normalmente o caso na América Latina, mas sim um setor minoritário Maia a uma sociedade etnicamente diversa, na qual as hierarquias políticas e étnicas não se superpõem facilmente. A luta política é "desigual", conduzida com base nas reivindicações étnicas de somente um lado.

UMA LEGISLAÇÃO TERRITORIAL TARDIA

A história territorial moderna do país inicia-se com as primeiras leis (1872) que buscam estabelecer uma relação de poder entre o governo britânico e as doze grandes famílias de colonos que se espalharam pelo território. O governo reservou para si a soberania sobre o conjunto de terras ainda não apropriadas naquele momento, ou seja, a metade sul do território colonial (Crown Lands, denominado depois como National Lands). Construiu, assim, um tipo de poder de regulação e de concessão de terras aos grupos subalternos – não brancos – presentes sobre o território: os *creoles*, os garífuna vindos de Honduras na virada do século XIX (1802) e outros grupos de migrantes (Indianos "coolies", chineses, mexicanos refugiados) vindos durante o século XIX.

O caso dos indígenas Maia é específico em vários aspectos. A história oficial, colonial depois independente, preconiza que eles foram expulsos do país pelos primeiros colonos, que reagiram as tentativas de resistência dos Maia e, então, instalam-se sobre um território "vazio" e disponível para a exploração florestal. Essa narrativa canônica esquece-se das numerosas rebeliões e ataques Maia que semearam conflitos no país até o século XIX. Como o único grupo originário da região, no seio desse território nascido da mundialização escravagista, a maioria dos Maia foi efetivamente expulsa em direção às terras vizinhas, hoje a Guatemala, de onde várias vagas de imigrantes voltam a se instalarem no sul do país, no final do século

XIX. Nessa época, é enquanto "migrantes" que se instalam nessas terras, que haviam se tornado nesse intermédio "terras da Coroa Britânica". Mas, é como autóctones Maia, descendentes dos originários do lugar, que eles reclamam hoje a sua autonomia territorial. Nesse contexto, a apelação "Maia" reúne comunidades de línguas e histórias muitas vezes distintas, mas que se reconhecem como tendo uma mesma origem histórica regional, do sul de Belize aos confins da Guatemala vizinha. Eles são os únicos em Belize a reivindicar direitos específicos enquanto grupos étnicos e culturais. Em 2010 a população Maia do sul do país (Mopan e Kek'chi) foi estimada em 28.000 habitantes, ou seja, 9.2 % da população total (303.000 habitantes), mas essa proporção se eleva a 61% no distrito de Toledo, no qual os dirigentes Maia reclamam uma gestão autônoma das terras.

OS ESFORÇOS PARA ADMINISTRAR A DIFERENÇA NUNCA ACABARAM.

As primeiras leis territoriais de 1872 estabeleceram as "reservas indígenas", mas não tiveram efetividade: sua criação foi novamente mencionada na *Crown Land Ordinance* de 1886 e de novo propostas pelo governo local de 1888. Um relatório oficial encontrado de 1911 não menciona nenhuma reserva indígena e proclama a ausência de população "nativa" (Land in Crown colonies, 1912). Contudo, em 1957, o relatório anual da administração local relata 12 reservas no distrito de Toledo "for indians only" [13]. O que aconteceu nesses quarenta anos? Porque a alteridade indígena, destacada e depois ocultada, foi novamente destacada pela administração colonial? Mas antes de analisar as dinâmicas políticas em jogo durante o século XX relativas às reservas indígenas, notamos que as medidas eram concernentes inicialmente a outras populações, especificamente os garífuna instalados no sul do país. Em realidade, as reservas garífuna (*caribs reservations*) foram também criadas nessa época, mas uma grande confusão marcou o período entre sua efetiva criação e sua supressão.

Criadas pela primeira vez em 1872, elas são de novo criadas quatorze anos depois: "The Crown Lands Ordinance of 1886 restored the authority to create Indian or Carib Reserves. Carib Reserves were designated for Stann Creek and Punta Gorda, and rules published in 1890" ("A Ordenança Real de Terras de 1886 restaurou a autoridade para criar reservas indígenas ou caribenhas. As reservas caribenhas foram designadas por *Stann Creek* e *Punta Gorda*, e as regras publicadas em 1890" em Palacio et al. 2011:29). O acesso às parcelas de terra está submetido às mesmas condições que as reservas indígenas. No entanto, contrariamente as reservas Maia, os traços delas se perdem e elas parecem vazias no início do século XX, dissolvidas na economia de mercado por um fenômeno de privatização das concessões e de vendas sucessivas. Palacio reconhece que hoje não existe reivindicação de terras coletivas por parte dos garífuna, a não serem aquelas feitas por famílias que estão em terras

13 Esse mesmo relatório menciona outras figuras territoriais de atribuição coletiva de terras: quatro « reservas agrícolas no distrito de Corozal" e seis « Community farms » no distrito de Cayo. Ele não menciona reservas Caribes ou garífuna. .

privadas ou do Estado; e lembra que, para os garífuna, a segurança territorial sempre foi uma questão de tradição – mais do que de direitos instituídos - « The result, therefore, is security in land held traditionally, not only in spirit but also in actuality » ("O resultado, portanto, é a segurança da terra tradicionalmente assegurada, não somente em espírito, mas também em realidade" em PALACIO e al. 2011: 186).

Observamos que os *creoles* simplesmente não aparecem nas mesmas medidas territoriais adotadas no final do século XIX. Para a administração, eles são tidos como grupos urbanos que não possuem reivindicação específica na matéria. Aí está um velho estereótipo construído na época, segundo o qual os descendentes de escravos rejeitavam o trabalho agrícola que lembrasse sua antiga servidão. Esse estereótipo permitiu legitimar, dando por "natural" e resultando da escolha dos próprios *creoles*, uma distribuição agrária que, na verdade, os excluía do acesso à terra.

Regressemos às reservas Maia. O governo colonial de Honduras Britânicas emite regulamentos concernentes às reservas indígenas em 1924, novamente em 1925, depois em 1928 e finalmente em 1935, retomando a cada vez as mesmas disposições: as reservas são espaços de status territorial "protegido", condicionado e justificado pelo bem público. Estão submetidas às decisões dos « Commissioners of Lands and Surveys », que regulam as condições de acesso (pagamento anual de direitos), os limites, as superfícies e mesmo a existência, conservando, especificamente, a possibilidade de venda ou de doação em concessão para terceiros sem compensação. Elas são pensadas para controlar e se possível restringir a agricultura indígena (as queimadas) jugadas nocivas para o desenvolvimento. Essas terras são vistas, ademais, como transitórias, antes que o desenvolvimento transforme os indígenas em campesinos modernos e anule a necessidade de tratamento específico (Berkey, 1994). As reservas indígenas funcionariam, assim, como um espaço de aprendizagem e de transição para a propriedade privada, sob o controle do governo que entregaria pouco a pouco os títulos em forma de « *lease* » e depois « *freehold*» (propriedade privada). O reconhecimento da diferença deve servir para o seu próprio desaparecimento.

As doze reservas criadas são, teoricamente, acessíveis somente aos indígenas [14]por meio de pagamentos anuais, o que não os impede de aceder à propriedade sobre suas parcelas na reserva ou de obter concessões em outros lugares do país. [15] Nos anos 50s, o governo parece optar pelo desaparecimento das reservas suprimindo os dois pilares – territorial e político – que apoia seu funcionamento. Ele pretende impor, por um lado, a apropriação individualizada das terras no interior mesmo das reservas, e por outro lado, a supressão das autoridades tradicionais nessa região (os « alcaldes » cf. MOBERG, 1992). Essa política suscita a oposição das elites indígenas que consideram uma afronta à autonomia das vilas em sua dupla "soberania": territorial e política. É em reação a essas medidas

14 (Land Department, Annual Survey, rapport 1958 para o ano 1957).

15 (Land Department, Annual Survey, rapport 1960 para o ano 1959).

que foi criado o Toledo Maya Cultural Council (TMCC) nos anos 70s, uma organização Maia regional (reagrupando atores Kek'chi e Mopan), criada para lutar contra o que é percebido como uma erosão da cultura e da autonomia política Maia em Toledo (VAN AUSDAL, 2001:595).

A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS MOBILIZAÇÕES – O MULTICULTURALISMO INTERNACIONAL

A mobilização política organiza-se em seguida, em oposição às concessões agrícolas e florestais concedidas especificamente às companhias estrangeiras e interpretadas como uma ameaça às comunidades Maia de Toledo. Várias organizações surgem na região, após Toledo Maya Cultural Council (TMCC): a Toledo Alcaldes Association é criada, como o seu nome indica, por representantes oficiais das comunidades indígenas; e a Maya Leaders Alliance, que reagrupa as organizações precedentes e outras mais que trabalham com a educação, a saúde ou agricultura[16].

No início dos anos 90s, o TMCC recebe o apoio ativo da *Indian Law Resource Center* (ILRC), cuja sede está nos Estados Unidos, e se insere em uma rede transnacional de solidariedade construída ao redor de associações e de acadêmicos saídos da rede de apoio aos povos "nativos". Esse posicionamento marca uma virada na argumentação política empregada, que agora se situa em uma lógica e terminologia de convenções internacionais, entre os quais as da OIT de 1957 e 1991« about tribes rights » [17].

Assim as organizações elaboram a noção de "Maia Homeland", relacionada seja ao território Maia ancestral ou "terras comunais" (communal land). Trata-se de uma imensa inovação porque, até agora, como vimos, os "territórios" eram geridos sob a autoridade de cada vila, de acordo com a herança colonial das "reservas indígenas" fragmentadas. Essa inovação, em primeiro lugar, discursiva e política, é depois, largamente difundida entre as localidades e citada em uma obra *militante* que constitui a base da argumentação territorial: o "Maya Atlas, the struggle to preserve maya land in Southern Belize" (TMCC *et al*, 1997), apresentado como o primeiro atlas coproduzido com as comunidades concernentes, que reclama – e cartografa – um território comunal de 500.000 acres. "O Atlas Maia de 2009 é uma cartografia comunitária, realizada em colaboração com a *Society for the Study of Native Arts and Scienes* e o UC Berkeley GeoMap Group. O atlas cobre as 42 comunidades Maia do sul de Belize". (TMCC et al, 1997).

Outra inovação consiste em apresentar as reivindicações territoriais no campo dos Direitos Humanos, abrindo a possibilidade de recorrer diante das instâncias jurídicas internacionais

16 Segundo um dos dirigentes (Miguel Miss) entrevistado à Punta Gorda em junho de 2011, « La Maya Leader Alliance se crea como respuesta táctica a la necesidad del diálogo (con el gobierno) sobre el tema de las tierras. No es una organización orgánica. Reúne a organizaciones ya existentes: Alcalde Association (Alcalde de Alcaldes), Kekchi Council, Kekchi Women Council, Julian Sho Center, Toledo Maya Cultural Council, Tumulkin, etc. Todos comparten ciertos acuerdos, comparten sus posturas sobre el tema de "land" aunque puede haber desacuerdos tácticos".

17 Indigenous and Tribal Populations Convention, Convention 107 of 1957, Indigenous and Tribal Peoples Convention in independant countries, Convention 169 of 1989 (entra em vigor em 1991).

especializadas e chegar diante da Corte Interamericana de Direitos Humanos – CIDH. A CIDH posicionou-se a favor das comunidades Maia em julho de 2013, mas sem precisar as possíveis modalidades de aplicação da decisão.

Essa narrativa ilustra uma trajetória bem conhecida na América Latina, onde os povos indígenas mobilizam-se há décadas para a defesa de seus direitos e de seus territórios. No entanto, o caso de Belize apresenta duas originalidades. Como nós já dissemos, o conflito político opõe aqui as coletividades Maia a uma administração e um governo majoritariamente não Maia, mas igualmente não branco, constituído por *creoles*, garífuna, Mestiços, outros Maia, etc. Nessas circunstâncias torna-se impossível para os atores políticos das duas pontas recorrerem ao discurso que busque assimilar as hierarquias de dominação às hierarquias etnicizadas ou racializadas originadas na herança colonial. Desta forma, a inserção das lutas locais nas correntes transnacionais de solidariedade e de ativismo político, sejam apoiadas por coletivos indígenas ou afrodescendentes, é delicada.

Outra originalidade que também confunde as interpretações políticas das reivindicações indígenas é de ordem histórica. Nós vimos que no final do século XIX, juntavam-se às reservas indígenas as reservas garífuna (C*aribs*), as reservas agrícolas e as reservas naturais. Era todo o território que era pensado, refletido e atribuído a uns e outros, em função dos possíveis beneficiários. Um território fragmentado, sempre controlado, mas de maneira organizada – segundo os critérios de desenvolvimento da época. Nessa organização, a qualificação étnica dos atores territoriais ("indígenas" ou "*caribs*" ao lado de "campesinos" ou "agricultores") ocupa um lugar importante, mas não é o único.

CONCLUSÃO

Nós mostramos que em Belize a diversidade étnica é reconhecida, até mesmo valorizada, mas não é objeto de medidas políticas específicas[18]. Situar os debates contemporâneos sobre as políticas multiculturais de Belize em suas genealogias históricas dos séculos XIX e XX permite-nos melhor compreender as rupturas, mas também as continuidades dos regimes colonial e nacional.

Utilizando os recursos da globalização e interpelando o Estado-Nação, as reivindicações territoriais contemporâneas situam-se em uma história reinterpretada de gestão racializada do território herdeiro da época colonial, mas considera apenas um setor da população, os Maia. Inicialmente incluídos nas políticas coloniais diferencialistas, os garífuna - grupo que hoje em dia se reivindica como afrodescendente – foram rapidamente excluídos.

Da mesma forma, no caso das políticas culturais, sobrepujando as múltiplas opções vislumbradas (suplantar a etnicidade, priorizar a diversidade), a criação do Museu de Belize demonstra, finalmente, a permanência de estruturas coloniais no projeto nacional, em termos de

18 Ver igualmente o recurso às categorias étnicas nos censos (CUNIN; HOFFMANN, 2012) que não se parecem traduzir nas políticas de fundamento étnico.

reprodução – assumida ou não – de hierarquias étnico-raciais (dominação dos *Creoles*).

Para compreender essas evoluções políticas originais, lembremos que o contexto beliziano entre os anos 60s e 80s é muito particular. São os anos de *autogoverno*, de luta pela independência e pelo reconhecimento internacional (Shoman, 2009), fortemente marcados por mobilizações – algumas delas radicais – pela independência, mas também pela influência da descolonização na África e no Caribe, pelas reivindicações sociais e cidadãs nos Estados Unidos e na Europa (movimento pelos direitos civis, manifestações de 1968) e pela revolução cubana. O projeto do museu de Joan Duran e as análises sobre a repartição agrária de Nigel Bolland e Assad Shoman constroem um projeto nacional integrador baseado na oposição a um modelo idealizado do "divide and rule", modelo então apresentado como uma política coerente, o que na verdade nunca foi. Sem dúvida, a etnicidade tende a ser associada a um passado colonial com o qual se deve romper, o que torna mais problemática ainda uma política que seria explicitamente elaborada em termos étnicos.

Enfim, o caso de Belize nos mostra que para os membros do governo dos anos 60s a 80s a prioridade é a construção de um Estado-Nação idealmente coerente e unitário. Nesse sentido, toda política fundamentada sobre um princípio de alteridade étnica é vista como uma ameaça, como um risco para um projeto nacional já fortemente em dificuldades seja pela ausência de mercado interno e de capital humano, pela corrupção política, pelas reivindicações de Guatemala sobre Belize, etc. O desafio de Belize é de consolidar um modelo de Estado-Nação herdeiro do século XIX, em um momento em que os habitantes agem "em seu século", o século XXI, ou seja, uma época de afirmação política das diferenças étnicas e de pertenças transnacionais (Maia e mestiços circulam em Belize, Guatemala e México, garífuna identificam-se com uma comunidade transnacional na América Central).

BIBLIOGRAFIA

AKHIL, Gupta; FERGUSON, James. Beyond 'culture': space, identity, and the politics of difference cultural anthropology, *Space, Identity, and the Politics of Difference*, v.7, n.1, 1992. p. 6-23.

BARNETT, Carla Natalie. *The political economy of land in Belize, "Machete must fly"*, University of the West Indies, Mona, 1991.

BELIZE. *The official government portal*. Online. Disponível em: <http://www.belize.gov.bz/index.php/people>. Acesso: 26 jun. 2014.

BERKEY, Curtis G. *Maya land rights in Belize and the history of indian reservations*. Washington: Indian Law Resource Center, 1994.

BOLLAND, Nigel. *Colonialism and resistance in Belize: essays in historical sociology*, Belize City: SPEAR, 1988.

BOLLAND, Nigel; SHOMAN, Assad. *Land in Belize, 1765 – 1871*. Kingston: University of the West Indies, 1977.

BRADLEY, Leo. *Belizean races and their cultures*. Unpublished manuscript Belize City: Bliss Institute, 1967.

CUNIN, Elisabeth ¿Encarnación de la identidad nacional o afirmación étnica? Los criollos de Belice. In: HOFFMANN, Odile. *Política e identidad: afrodescendientes en México y América Central*. Mexico: INAH-UNAM-CEMCA-IRD, 2010. p. 157-187.

_____. Belize, nation créole ? Esclavage, colonialisme et indépendance. In: LESERVOISIER, Olivier ; TRABELSI, Salah. *Résistances et mémoires des esclavages : espaces arabo-musulmans et transatlantiques*. París: Karthala, 2014. p.129-144. (Collection Esclavages CIRESC).

_____. HOFFMANN, Odile. Description ou prescription? Les catégories ethnico-raciales dans les recensements et leurs usages politiques au Belize, 19-20ème siècles , *Cahiers des Amériques Latines*, n.67, 2012.

GROS Christian, DUMOULIN KERVRAN, David, *Le multiculturalisme. Un modèle latino-américain « au concret » ?*, Presse Sorbonne Nouvelle, Paris, 2011.

HYDE, Evan. *X Communications*. Belize City: The Angelus Press Ltd, 1995.

IYO, Joseph Aondofe. *Towards understanding Belize's multi-cultural history and identity*. Belmopan : University of Belize, 2000.

JACOB, Jean-Pierre; LE MEUR, Pierre-Yves (dir.). *Politique de la terre et de l'appartenance : droits fonciers et citoyenneté locale dans les sociétés du Sud*. Paris : Karthala, 2010.

KROHN, Lita et al. *Readings in belizean history*. 2. ed. Belize City: St John's College, 1987.

LUND, Christian. Fragmented sovereignty: land reform and dispossession in Laos. *The Journal of Peasant Studies*, v.38, n.4, 2011. p.885-905.

MALHI, Amrita. Making spaces, making subjects: land, enclosure and Islam in colonial Malaya. *The Journal of Peasant Studies*, v.38, n.4, 2011. p.727-746.

MEDINA, Laurie Kroshus. Defining difference, forging unity: the co-construction of race, ethnicity, and nation in Belize. *Ethnic and Racial Studies*, v.20, n.4, 1997. p.757-780.

MOBERG, Mark. Continuity under colonial rule: the alcalde system and the garifuna in Belize: 1858-1969. *Ethnohistory*, v.39, n.1, inverso 1992. p.1-19.

PALACIO, Joseph; TUTTLE, Carlson; LUMB, Judy. *Garifuna continuity in land*: barranco settlement and land use 1962 to 2000. Cay Caulker - Belize: Producciones de la Hamaca, 2011.

PHILLIPS, Michael D. *The history of attemps to formulate a national cultural policy in Belize*, University of North Florida, Indersciplinary Conference on Belize, March 6, 1993 (photocopies disponibles aux Belize Archives, référence MC 2722).

PRICE, Richard; PRICE, Sally. Executing culture: muse, museo, museum. *American Anthropologist*, v.97, n.1., mar.-/1995. p.97-109.

PRICE, Richard. *Peuple saramaka contre etat du Suriname: combat pour la forêt et les droits de l'homme.* Paris: Karthala-CIRESC, IRD, 2012. (Collection Esclavages).

RADCLIFFE, Sarah. Historias de vida de mujeres indígenas a través de la educación y el liderazgo. Intersecciones de raza, género y locación. In: CORONEL, Valeria; PIETRO, Mercedes (coord.). *Celebraciones centenarias y negociaciones por la nación ecuatoriana*, Ministerio de Cultura/ FLACSO, Quito, 2010. p.317-348.

BELIZE. Ministry of Education. National Arts Council and Curriculum Development Unit. *Releasing National Creativity*, Belize, 1991. (Belize Archives MC-2472).

ROSSITER, David A. Lessons in possession: colonial resource geographies in practice on Vancouver Island, 1859-1865. *Journal of Historical Geography*, n.33, 2007, p.770-790.

SANCHEZ, Ines E. *Belize and its cultural identity: crisis of a people in search of their national identity.* Belmopan: National Library Service, 1984.

SHOMAN, Assad. *Backtalking Belize: selected writings* (selection d'articles réalisée par Anne Macpherson). Belize City: Angelus Press Ltd, 1995.

SHOMAN, Assad. The role of Ethnicity in the internationalization of Belice's Independence Struggle . In: CUNIN, E.; HOFFMANN, Odile (coord.). *Etnicidad y nación, cuadernos afrodesc-eurescl*, n.5, Working Paper , 2009, México. p. 116-143.

SMITH, Michael Garfield. *The plural society in the british west indies*. Berkeley: University of California Press, 1965.

VAN AUSDAL, Shawn. Development and Discourse among the Maya of Southern Belize, *Development and Change,* v.32, 2001, p. 577-606.

WAINWRIGHT, Joel; BRYAN, Joe. Cartography, territory, property: postcolonial reflections on indigenous counter-mapping in Nicaragua and Belize, *Cultural Geographies*, n.16, 2009, p. 153-78.

WILK, Richard; MAC, Chapin. Ethnic minorities in Belize: Mopan, Kekchi and Garifuna, *Speareports,* n.1, 1990, México, SPEAR, Cubola Production.

WILK, Richard (petitioner). *Maya people of Toledo: recent and historical land use: appendices to the TMCC Petition to the Inter-American Commission on Human Rights against Belize*, 1997.

DOCUMENTOS:

Land in Crown colonies and protectorates, Colonial Office, Março, 1912, HMSO.

Let's diversity reign, let's freedom flourish. Towards a culture policy for Belize, 1992, Proceedings of the Second Annual Conference on Culture and the Arts, 20-21 February, 1992. National Art Council, SPEAR, UNESCO, Belize (Belize Archives MC-2546).

NATIONAL INSTITUTE OF CULTURE AND HISTORY. *National cultural policy: working document: our culture: our values, our identity, our prosperity*. Belmopan: NICH, 2012.

(TMCC) Toledo Maya Cultural Council and Toledo Alcaldes Association. 1997. *Maya Atlas. The struggle to preserve maya land in southern Belize*.

What the people said. A report on the countrywide consultations on a culture policy for Belize, March-June 1992, Transcribed and prepared by Lita Hunter Krohn and the staff of the National Council, Bliss Institute, Belize City (Belize Archives MC-2519).